

Crédito para pagar contas

Crédito para pagar... Unicamente

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

MUSEU
de Brasília

(Continuação da 1º página)

(Continua da página 1)
coloque em pauta seus pedidos. "Não há mais dúvidas de que este orçamento já acabou. É preciso ser substituído", respondem técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), encarregados de administrar o fluxo de caixa.

Cumprindo à risca a regra do Plano Verão — de só gastar o que corresponder à arrecadação do mês e só usar a colocação de papéis para pagar os juros e a “rolagem” da dívida mobiliária —, o Tesouro conseguiu, entre janeiro e o mês passado, acumular uma sobra de “caixa” da ordem de NCz\$ 600 milhões, à custa de déficits como o que deve ser anunciado hoje pelo Ministério da Fazenda. No máximo NCz\$ 500 milhões desta sobra serão consumidos nos próximos dias, para atender a “outras despesas” da administração direta.

Boa parte dos ministérios encontra-se na situação de não conseguir quitar faturas de prestação de serviços, suspending ou adiando despesas com terceiros. Na própria Seplan, por exemplo, as verbas de "outros custeios e capitais" não passaram de 52% da dotação orçamentária em maio. Neste mês, o órgão só recebeu até agora 38,8% dos NCz\$ 12,8 milhões a que tem direito, para atender a si próprio e aos governos do Distrito Federal, Amapá e Roraima, além do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outras áreas.

O critério adotado pelo Tesouro tem sido pagar, inicialmente, a folha de pessoal, as transferências a estados e municípios (e outras despesas vinculadas pela Constituição) e o serviço da dívida externa. O que sobra depois disso é então distribuído entre os órgãos a título de "outros custeiros e capitais" — o que nunca chega a 100% do global, pelo menos nos últimos dois meses. A demanda por estes recursos, em

junho, está estimada entre NCz\$ 2 bilhões e NCz\$ 2,5 bilhões.

Somente a folha de pessoal consumiu em junho quase o dobro de recursos do mês anterior, por conta dos pagamentos do 13º salário e do abono de 30% aos funcionários, totalizando NCz\$ 2,2 bilhões. Incluindo as despesas vinculadas, como a cota-café e a cota-previdência, as transferências (basicamente a estados e municípios) ficaram entre NCz\$ 1,3 bilhão e NCz\$ 1,4 bilhão. Outros NCz\$ 100 milhões foram liberados para pagamento das dívidas. Os pagamentos de débitos com aval da União no exterior (aviso MF) devem consumir outros NCz\$ 400 milhões, aproximadamente.

Estas liberações prioritárias representam algo como NCz\$ 4,1 bilhões, segundo estimativas do Tesouro. Mesmo com a recuperação da receita tributária verificada a partir de maio, não se espera que entrem nos cofres do Tesouro mais do que NCz\$ 4 bilhões em junho, na melhor das hipóteses, embora sazonalmente este seja um mês favorável à arrecadação. Como os gastos chegarão a pelo menos NCz\$ 4,6 bilhões, já consumindo parte do saldo anterior de "caixa", além de um déficit de aproximadamente NCz\$ 600 milhões, ainda restarão despesas não atendidas da ordem de NCz\$ 1,5 bilhão, pelo menos.

Por enquanto não foi utilizada nenhuma válvula de escape para contornar a proibição de só gastar o que for arrecadado, permitindo ao governo mostrar à missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) que efetivamente está mantendo o equilíbrio orçamentário, não podendo explicar a inflação como decorrência de pressões fiscais. No segundo semestre, entretanto, será preciso aumentar a colocação de títulos, com a elevação das taxas de juros — como já admite o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu.

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

O aumento das despesas por conta da inflação e dos reajustes salariais já "estourou" o Orçamento da União para este ano, levando o governo a pedir créditos suplementares e mesmo a cogitar de rever parcialmente a regra básica do Plano Verão, que só permite utilizar a colocação de títulos no mercado para cobrir a "rolagem" e os juros da dívida mobiliária, como admitiram ontem fontes autorizadas da Secretaria do Planejamento (Sepplan) e do Ministério da Fazenda.

O "caixa" do Tesouro fechou o mês passado com um déficit de aproximadamente NCz\$ 2 bilhões e os ministérios só receberam em junho um terço das verbas para outros custeios e investimentos, em média, por absoluta falta de dinheiro.

O déficit de "caixa" projetado para este mês deve repetir maio. Na melhor das hipóteses, a receita estimada em menos de NCz\$ 4 bilhões garantiria apenas o pagamento de pessoal, transferências constitucionais e o serviço da dívida.

Em julho é possível que o Poder Judiciário — que concedeu aumentos salariais muito acima da inflação há poucos meses — já enfrente problemas para pagar seus funcionários, conforme projeções da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), vinculada à Seplan. O mesmo tipo de dificuldade atingirá o Legislativo e o Executivo logo em seguida, em agosto ou setembro. Para outubro, quando a União deve pagar o segundo abono aos servidores, não existe qualquer previsão.

Além do atraso crônico com empreiteiros e fornecedores, a falta de dinheiro já está afetando seriamente os programas sociais a cargo da Secretaria Especial de Assuntos Comunitários (SEAC) e impedindo o retorno das empresas. A segunda maior importante indústria das empresas é estabilizada para trazer uma economia completa a gols. Engenheiro isso, a crise só deve emendar de 1989, a cumprir na CGT, que vai mente, tem um mandato de dor", disse, "mas, logica- presidente, "E desvanecido convite", recusou o ministro da Economia, que não quis falar com a imprensa.